

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 94.387 - MS (2018/0019846-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
RECORRENTE : J S D A S N
ADVOGADOS : RONALDO DE SOUZA FRANCO - MS011637
LUCIANO DE SOUZA GODOY - SP258957
DANYELLE DA SILVA GALVÃO - SP340931
RECORRENTE : D S E S L
ADVOGADOS : DANYELLE DA SILVA GALVÃO - PR040508
RONALDO DE SOUZA FRANCO E OUTRO(S) - MS011637
LUCIANO DE SOUZA GODOY - SP258957
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : J D A S L
INTERES. : M A G L
INTERES. : R P J
INTERES. : M R F C
INTERES. : R S S
INTERES. : J R J A
INTERES. : A P J
INTERES. : N P - G E E L - E
INTERES. : D N A
INTERES. : I C E L
INTERES. : H E E S L
INTERES. : R P H
INTERES. : Á G S

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.
PROCESSUAL PENAL. SUPOSTA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS
E LAVAGEM DE DINHEIRO RELACIONADOS A CRIMES
FEDERAIS INVESTIGADOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO LAMA
ASFÁLTICA. EXISTÊNCIA DE CONEXÃO PROBATÓRIA. ART. 76,
INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA
DA JUSTIÇA FEDERAL PARA A REUNIÃO DOS FEITOS.
ENTENDIMENTO SEDIMENTADO NA SÚMULA N.º 122 DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA FEDERAL
RECONHECIDA EM IMPETRAÇÃO DE OUTRO INVESTIGADO,
DIRETAMENTE LIGADO AOS CRIMES IMPUTADOS AO ORA
RECORRENTE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar,

interposto por J. S. DAS N. contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região proferido no HC n.º 0003265-92.2017.4.03.0000/MS.

Consta dos autos que, no âmbito da operação policial denominada "Lama Asfáltica", está sendo investigada organização criminosa implicada em diversos crimes contra a administração pública e de lavagem de dinheiro no Estado de Mato Grosso do Sul. Referida organização envolve diversos servidores públicos, como ex-governador, ex-secretários, bem como diversos empresários.

O ora Recorrente seria um dos envolvidos no complexo esquema criminoso, pois é sócio da empresa *D. S. EM S. LTDA*, detentora de inúmeros contratos administrativos ilegais com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Também haveriam indícios de sua participação em diversos negócios fraudulentos com J. DA S. L., antigo servidor da Secretaria de Educação do Estado, também investigado na mesma operação policial.

O Juízo Federal da 3.^a Vara de Campo Grande/MS reconheceu a competência da Justiça Federal e deferiu pedido de busca e apreensão e de quebra de sigilo bancário e fiscal em desfavor do Recorrente (fls. 491-498).

Irresignada com o reconhecimento da competência da Justiça Federal, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (fl. 545):

"HABEAS CORPUS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. CONEXÃO PROBATÓRIA. ART. 76, III, CPP E SÚMULA 122 DO STJ. ORDEM DENEGADA.

1. *Verifica-se que a competência foi firmada em razão da apuração de fatos relacionados ao desvio de recursos públicos federais, de modo que apontado o interesse da União a impor a competência federal. Os elementos já apurados no decorrer de operação criminal e os novos fatos investigados que ensejaram as medidas cautelares deferidas em desfavor do paciente possuem conexão probatória e podem configurar extensão do mesmo esquema criminoso.*

2. *Caracterizada a conexão probatória, incide a Súmula n.º 122 do STJ, segundo a qual 'compete à justiça federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de processo Penal'.*

3. *Instauração de procedimentos de investigação criminal visa viabilizar a atividade persecutória do Estado, destinando-se à colheita de elementos probatórios acerca da materialidade de uma infração penal*

e sua autoria. Trata-se de atividade instrutória preliminar e embasadora da opinio delicti ministerial para a eventual propositura da ação penal. Se ao final das investigações restar demonstrada a ocorrência de crime cuja competência para julgamento é da Justiça Estadual, para lá os autos serão remetidos.

4. Ordem denegada."

Em suas razões, o Recorrente sustenta, que, "[d]iferentemente do que decidiu o E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a apuração relativa ao Recorrente não é relativa a questões/recursos federais que ensejariam o interesse da União Federal e a fixação da competência da Justiça Federal" (fl. 549).

Assevera:

"em NENHUM momento a autoridade policial menciona ou mesmo relaciona as condutas a recursos federais ou intervenção da União Federal! Muito pelo contrário! Ao tratar das supostas infrações que merecem apuração, aponta apenas transações entre particulares ou recebimento de valores do Governo do Estado. Ou seja, em relação ao Recorrente, busca-se apurar (i) a legalidade das dispensas de licitação para contratação da sua empresa pela Secretaria Estadual de Educação e (ii) se a compra e venda de imóvel ocorrida entre o Recorrente e Jodascil é legítima, já que este trabalhava na Secretaria Estadual para a qual a empresa do Recorrente prestou serviços por dispensa de licitação." (fl. 549)

Aduz que a competência da justiça federal também não se sustenta em razão de suposta conexão probatória, porquanto a *"única relação e semelhança entre a 'Operação Lama Asfáltica' e os fatos apurados em relação ao Recorrente, mas que não é capaz de deslocar a competência, é a presença de [J. DA S. L.] em ambas as investigações. Nada além disto"* (fls. 551-552).

Defende que o enunciado da Súmula n.º 122 do Superior Tribunal de Justiça não se aplica na hipótese, pois *"inexiste qualquer prejudicialidade entre as condutas descritas pela autoridade policial e parquet que deram ensejo à busca e apreensão deferida pelo d. juízo federal e os demais crimes apurados na 'Operação Lama Asfáltica'. Muito pelo contrário. São questões completamente dissociadas e autônomas, não se podendo aceitar que a mera indicação de artigo legal e texto sumular atraíam a competência da Justiça Federal"* (fl. 554).

Superior Tribunal de Justiça

Requer, em liminar e no mérito:

"a) a concessão de medida liminar apenas para suspender a tramitação do inquérito e das medidas investigativas decretadas em desfavor do Recorrente e sua empresa D. S. EM S. LTDA pelo d. juízo da 3ª Vara Federal de Campo Grande - Mato Grosso do Sul, até julgamento final deste recurso em habeas corpus;

b) o conhecimento e provimento deste recurso para reformar o v. acórdão do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região para reconhecer que os fatos relativos ao Recorrente, objeto das decisões impugnadas, são de competência da Justiça Estadual do Mato Grosso do Sul, sem qualquer relação com a 'Operação Lama Asfáltica', tal como exposto acima;

c) por fim, requer-se que todas as intimações sejam feitas em nome dos advogados Danyelle da Silva Galvão, OAB/PR 40.508 e OAB/SP 340.931, Ronaldo de Souza Franco, OAB/MS 11.637 e Luciano de Souza Godoy, OAB/SP 258.957, inclusive da data de inclusão em pauta de julgamento, para apresentarem SUSTENTAÇÃO ORAL." (fls. 557-558)

O pedido liminar foi indeferido pelo Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, então Relator (fls. 576-578).

Foram prestadas informações às fls. 604-631.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 582-588, em parecer assim sumariado:

"Recurso em habeas corpus. Inquérito policial. Prática, em tese, dos crimes previstos nos arts. 312 e 317 do CP e no art. 90 da Lei n. 8.666/93. Alegação de incompetência da justiça federal. Vínculo fático com os crimes apurados na 'Operação Lama Asfáltica'. Conexão probatória. Interesse da União. Art. 76, III, do CPP. Súmula 122 do STJ. Incidência. Competência da justiça federal para processar e julgar o feito. Parecer pelo não provimento do recurso."

É o relatório.

Decido.

O Colegiado de origem expôs as seguintes razões ao denegar a ordem de *habeas corpus* (fls. 543-544):

"Ao decretar a busca e apreensão e a quebra de sigilo bancário e fiscal, a autoridade coatora fundamentou as decisões na identificação de que J., sócio da empresa D. tinha vários negócios com J. da S. L., anteriormente servidor da Secretaria de Educação do Estado de Mato

Grosso do Sul (investigado no bojo da Operação Lama Asfáltica), enquanto a empresa foi beneficiada com inúmeros contratos firmados, inclusive, com inexigibilidade de licitação.

Do quanto anotado naquelas decisões, verifica-se que a competência foi firmada em razão da apuração de fatos relacionados ao desvio de recursos públicos federais, de modo que apontado o interesse da União a impor a competência federal. Os elementos já apurados no decorrer da Operação Lama Asfáltica e os novos fatos investigados que ensejaram as medidas cautelares deferidas em desfavor do paciente possuem conexão probatória e podem configurar extensão do mesmo esquema criminoso.

Acerca da competência da Justiça Federal, assim fundamentou a autoridade impetrada (fls. 483 vº):

'(...)Os novos fatos investigados pela autoridade policial que ensejaram a representação ora em análise possuem conexão probatória, conforme artigo 76, inciso III do Código de Processo Penal, com os elementos já apurados no decorrer da Operação Lama Asfáltica. Trata-se, em tese, de extensão do mesmo esquema criminoso, com os mesmos agentes e modos de atuação. (...)'

Assim, os elementos de prova relativos ao paciente J. e à D. poderão influenciar nas provas de outros crimes em apuração ou que vierem a ser investigados, considerando a existência de organização criminosa, envolvendo corrupção, lavagem de dinheiro e outras empresas que receberam verbas federais.

Bem apontou o Parquet à fl. 496, ao esclarecer que caracterizada a conexão probatória, incide a Súmula nº 122 do STJ, segundo a qual 'compete à justiça federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de processo Penal'.

Por fim, a instauração de procedimentos de investigação criminal visa viabilizar a atividade persecutória do Estado, destinando-se à colheita de elementos probatórios acerca da materialidade de uma infração penal e sua autoria. Trata-se de atividade instrutória preliminar e embasadora da opinio delicti ministerial para a eventual propositura da ação penal. Se ao final das investigações restar demonstrada a ocorrência de crime cuja competência para julgamento é da Justiça Estadual, para lá os autos serão remetidos.

Ante o exposto, DENEGO A ORDEM DE HABEAS CORPUS."

O Juízo *a quo* prestou as seguintes informações (fls. 605-625, sem grifos no original):

"De modo bastante sintético, o contexto criminoso assaz complexo da chamada 'Operação Lama Asfáltica' possui formatações

essencialmente discerníveis de crimes necessariamente entrelaçadas, sobretudo nas figuras-chave de ANDRÉ PUCCINELLI, ex-governador do Estado de Mato Grosso do Sul e EDSON GIROTO, ex-Secretário de Obras Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, e de JOÃO ALBERTO KRAMPE AMORIM DOS SANTOS e JOÃO ROBERTO BAIRD, empresários (que detêm ligação bem próxima com os anteriores, em especial o primeiro), conforme documentos e demais elementos de prova que instruem os diversos inquéritos policiais e as diversas ações penais e seus respectivos apensos.

Para fins de didatismo, conforme bem exposto na sentença condenatória proferida nos autos 0007457-47.2016.403.6000, de forma a compreender a magnitude do esquema investigado e denunciado em múltiplos feitos, é possível subdividir a atuação do grupo criminoso organizado em três grandes 'truncos'. Um quarto 'tronco' pode ser demarcado como o de pessoas e empresas, dos mais diversos jaezes e vínculos com os crimes antecedentes (e/ou com as pessoas e empresas por eles favorecidas), que se dedicaram ou dedicam à prática de atos de lavagem de ativos em larguíssima escala, realizados de modo plúrimo, no contexto do que se convencionou por macrocorrupção, tudo dentro de um esquema amplo e, ao que se depreende, centralmente organizado. Transcrevo excerto da referida sentença:

[...]

*78.2. Segundo, avista-se outro entroncamento em que se demarcam **indicativos sérios de fraudes em contratos e licitações de outros tipos, vinculados às mais diversas Secretarias do Estado do Mato Grosso do Sul.** Destacam-se aqui os contratos administrativos celebrados na ambiência da Secretaria de Educação, Secretaria de Fazenda, diversos órgãos e agências estatais (como o DETRAN), dando-se ênfase às áreas de informática, serviços gráficos e à compra de material/ livros didáticos. As fraudes consistiriam também em superfaturamentos, sobrepreços e direcionamento de licitações. Neste entroncamento, a figura do ex-governador ANDRÉ PUCCINELLI é mais operacional que no anterior, em que o papel de GIROTO mostra maior centralidade. Sem embargo, é importante neste, como um intermediador e apoiador direto do ex-governador, a atuação operacional do ex-Secretário Adjunto de Fazenda ANDRÉ CANCE. Os elementos fazem destacar aqui, como particular beneficiário das fraudes, a figura de JOÃO BAIRD, em contratos multimilionários de várias empresas de informática, sejam elas postas em seu nome, seja de empresas que seriam de potenciais 'laranjas'. O dinheiro de tais contratos reverteria ao núcleo político e aos agentes administrativos envolvidos na forma de propina, sobretudo em dinheiro e bens, escamoteados em atos de lavagem*

diversificados.' (grifei)

[...]

Os elementos indicativos da vinculação da empresa D. B. E. DE S. LTDA e da participação do recorrente J. S. DAS N., que levaram à decretação das medidas cautelares em seu desfavor decorrem de desdobramentos do segundo 'tronco' da vertente investigativa, conforme trechos do decisum mais adiante transcritos.

No bojo do contexto investigatório global, foram oferecidas mais de uma dezena de denúncias, sendo que a maior parte das respectivas ações penais se encontra em fase de instrução processual, e ainda existem inquéritos no bojo dos quais remanescem investigações ainda em andamento, sendo este, ao que se percebe, o caso do recorrente, não denunciado.

Transcrevo a seguir excerto da decisão que decretou a busca e apreensão, nos autos 0003514-85.2017.403.6000, especificamente no tocante a J. S. das N. e D. S. EM S. LTDA:

[...]

Identificou-se que J. S. DAS N., sócio da empresa D. S. EM S. LTDA tinha vários negócios com J. DA S. L., anteriormente servidor da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, enquanto a empresa foi beneficiada com inúmeros contratos firmados, inclusive, com inexigibilidade de licitação (relatórios NUPEI-RFB, na mídia). São inúmeras as situações que envolvem J. e a D., conforme parecer do MPF (fls. 216/219):

O Departamento de Polícia Federal, nos termos do IPEI CG2017002, constatou ligação entre J. DA S. L. e J. S. DAS N., sócio da empresa D. S. EM S. LTDA, detentora de inúmeros contratos com a Secretaria de Estado de Educação de MS, inclusive firmados com inexigibilidade de licitação. Da análise do relatório da Receita Federal, a autoridade policial assim expôs:

Assim, verifica-se que a análise realizada pela Receita Federal constatou que J. declarou ter realizado diversos negócios jurídicos com J. S. (sócio da D.) e com R. H. (sócio da empresa H2L), contudo foram encontradas diversas lacunas, como a inexistência de débitos ou créditos em suas contas bancárias suficientes/compatíveis com tais negócios de alto vulto, e também a compra da Fazenda JC2 por R\$ 600 mil em 09/02/2012 de J. S. por J., pois a operação foi declarada à vista, mas seus rendimentos até fevereiro não suportariam este débito. Conforme será exposto na sequência, verificou-se que tais empresas possuem ligação entre si (a H2L e a D. realizaram transferências bancárias para J.S, sendo o dinheiro sacado em espécie), e que a D. possuiu contrato milionário junto à

Secretaria de Estado de Educação (da qual J. era servidor), enquanto a H2L possuiu contratos milionários com outros órgãos públicos estaduais.

Ainda, consoante apurado pelo Departamento de Polícia Federal, em análise do retrocitado relatório da Receita Federal: '(1..). J. DA S. L. efetuou a compra de diversas fazendas, inclusive a última delas pelo valor de R\$ 1 milhão em julho de 2015, sendo que a Receita Federal verificou que parte de seu patrimônio não possui rendimentos que demonstrem a licitude da aquisição, apontando forte indícios de que J. tenha se utilizado de dinheiro propina para tais compras.'

Nos termos do IPEI 002017002, a empresa D. foi contratada através de inexigibilidade de licitação pela Secretaria de Estado de Educação/MS no ano de 2008, sendo o contrato aditivado 4 vezes nos anos de 2009 a 2012, tanto com a prorrogação do prazo como com o aumento do valor. No fim de 2011, tal contrato foi rescindido e celebrado outro com valor de cerca de R\$ 5 milhões. Portanto, 3 meses após a celebração do referido novo contrato entre a Secretaria de Educação e a empresa D., J. DA S. L. adquiriu a Fazenda JC2 do proprietário de tal empresa, J. S.

Constatou-se, ainda, que J. DA S. L. realizou a compra de mais de R\$ 117 mil em gado de J. S. DAS N., em julho de 2015, sem, contudo, haver contrapartidas a débito no mês.

Em alusão ao RIF/COAF n° 24932, a autoridade policial verificou incongruências nas contas bancárias de J. S. que demonstram provável dissimulação e ocultação de beneficiários:

Em análise ao RIF/COAF n° 24932 (gravado na pasta R Fs COAF/Digithou, p. 3), verificou-se que foi comunicado que conta de J. S. junto ao Banco Safra em Campo Grande-MS apresentou movimentação em espécie considerada atípica e sem informações satisfatórias a respeito do destino dos recursos, aparentando dissimulação/ocultação de beneficiários, tendo em vista que no período de 13/02/2013 a 17/07/2013 foi efetuado saque era espécie no valor total de R\$ 173.499,92.

Já o Banco HSBC (p. 3 do mesmo RIF) informou que J. S. apresentou movimentação incompatível no período de 01/06/2013 a 31/08/2013 devido ao recebimento de crédito via depósitos em cheque com posteriores saques.

O RIF informa também (p. 4) que a empresa D. apresentou, no período de 05/03/2013 a 06/06/2013, movimentação elevada em espécie em conta junto ao Banco Santander em Campo Grande-MS, quando ingressaram R\$ 6 milhões em TEDs oriundos do Governo do Estado de Mato

Grosso do Sul e da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Destes ingressos, R\$ 2,3 milhões foram sacados em espécie através de 81 cheques pagos no caixa. Quando questionado, o sócio J. S. justificou que os recursos sacados em espécie são destinados a pagamentos a fornecedores e funcionários. Informa que J. exerce cargo de confiança na ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

Quanto ao dia 01/07/2014, o RIF informa que conta da D. junto ao Banco Safra em Campo Grande - MS apresentou movimentação em espécie considera atípica e sem informações satisfatórias a respeito do destino dos recursos, além de que o stub de recursos em espécie é incompatível com o ramo de atividade da empresa (prestadora de serviços a órgãos públicos) e aparenta burla/dissimulação do montante e dos beneficiários dos recursos. Os saques ocorreram após o crédito de TED do Banco do Brasil de forma fracionada.

Na p. 5 do RIF consta a comunicação de que conta de J. S. junto ao Banco Safra em Campo Grande - MS apresentou movimentação em espécie considerada atípica e com indícios de burla/dissimulação do destino/beneficiários dos recursos, pois entre 04/2014 e 09/2014 tal conta recebeu créditos no valor total de R\$ 400 mil, emitidos pelo próprio cliente, por sua empresa D. e pela empresa H2L, sendo que os recursos foram sacados em espécie, sequencialmente, em valores inferiores a R\$ 10 mil, totalizando R\$ 313 mil no período, ou seja, tal comunicação do COAF vincula as empresas D. e H2L como origem de recursos sacados em espécie em conta de J. S. com indícios de burla/dissimulação do destino/beneficiários dos recursos.

Nas páginas 6 e 7, o RIF informa sobre ligação entre A. C. e J. S., relatando que entre 02/2014 e 07/2014 A. C. P. DA S., esposa de A. C. movimentou R\$ 179.310,00 em depósitos fragmentados aparentando burla/simulação do montante movimentado e do proprietário dos recursos, que, segundo a cliente, trata-se de venda de gado de elite. Tal cliente foi apresentada pelo também cliente J. S..

Nas páginas 8 a 11 o RIF informa sobre diversos saques em espécie conforme segue, significando, a nosso ver, fortes indícios de se tratar de recursos para pagamentos de propina, tendo em vista a ocultação do beneficiário/destinatário de tais valores: 27/02/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por C. M. R.; 09/04/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por C. DE A.; 10/04/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 130 mil por C. M. R.; 06/05/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$

100 mil por C. M. R.; 07/05/2019 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por C. M. R.; 09/05/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 137.550,00 por C. M. R.; 16/05/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por C. M. R.; 05/06/2014 - conta de J. S. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por J. S. DAS N.; 10/06/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por L. V. G. J.; 11/06/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por C. M. R.; 12/08/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por C. M. R.; 14/08/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por C. M. R.; 08/09/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por C. DE A.; 06/10/2014 - conta da D. - saque em dinheiro de R\$ 100 mil por J. S. DAS N.; 23/11/2016 - conta de J. S. - saque em dinheiro de R\$ 109.500, 00 por J. S. DAS N.

A Informação nº 09/2017-DELECOR/PF/MS (p. 28) relata que a empresa D. é doadora de altos valores a campanhas eleitorais nos anos de 2006 a 2014, sendo que no período de 2010 a 2014 tais doações totalizam R\$ 2.749.000, 00, podendo se tratar de pagamentos de propina, conforme verificado em relação à empresa JBS acima nesta representação.'

Acerca da competência do Juízo, assim restou consignado na mesma decisão proferida nos autos da cautelar de busca e apreensão:

'(...) Da Competência da Justiça Federal:

Os novos fatos investigados pela autoridade policial que ensejaram a representação ora em análise possuem conexão probatória, conforme artigo 76, inciso III do Código de Processo Penal, com os elementos já apurados no decorrer da Operação Lama Asfáltica. Trata-se, em tese, de extensão do mesmo esquema criminoso, com os mesmos agentes e modos de atuação.

A conta denominada CEF/Aquário, de titularidade da PROTECO, que, em tese, recebeu recursos oriundos de estelionato contra o BNDES conforme evidenciado nas fases anteriores da investigação, e que tinha como finalidade principal efetuar o pagamento das despesas relacionadas à obra do AQUÁRIO DO PANTANAL, também foi destinatária dos supostos pagamentos de propina pela JBS.

Os indícios coletados nas fases anteriores dão conta de que houve a prática, em tese, dos crimes dos artigos 19 e 20 da Lei 7.492/86. Assim, a teor da Súmula 122 do STJ, resta caracterizada a competência federal por conexão.

Ademais, conforme ressaltou o *parquet*, o Ministério Público Estadual declinou da atribuição em relação aos fatos relativos ao AQUÁRIO PANTANAL e à GRÁFICA

ALVORADA' [...]

Ainda acerca dos autos da cautelar de busca e apreensão, o Delegado de Polícia Federal requereu, às f. 533/534, o desmembramento do inquérito policial 109/2016, tendo em vista que foram expostos diversos crimes, em tese, praticados pelos investigados, bem como a grande quantidade de materiais apreendidos com a deflagração da nova fase da operação, ocorrida no dia 11.05.2017, o que foi deferido pelo Juízo (fl. 539), após concordância do Ministério Público Federal (fl. 537).

Outrossim, também foi deferida a quebra de sigilo fiscal e bancário do recorrente no bojo da quebra de sigilo bancário e fiscal nº. 0003515-70.2017.403.6000, conforme os seguintes fundamentos:

[...]

A estruturação do esquema delineado é altamente complexa. Ele seria composto por múltiplas pessoas que, em reduzidíssima síntese, associaram-se em tese para a prática - e, em tese, efetivamente praticaram -, ao longo de vários anos, múltiplos atos de desvio de recursos públicos, tanto em detrimento do erário federal e estadual, bem como buscaram garantir através da lavagem de dinheiro a fruição destes recursos espúrios com aparência de licitude.

Justamente em face da grandiosidade do que se relata - o maior desvio de verbas públicas da história do Estado de Mato Grosso do Sul - é que não há como fazer com que as investigações (e, por consequência, todas as ações penais delas decorrentes) tramitem dentro de um mesmo feito, único e monolítico que seria. Por isso, tramitam nesta 3ª Vara Federal diversas ações penais decorrentes diretamente destas investigações, bem como tantos outros inquéritos policiais diretamente conexos.

In casu, a conexão entre os crimes ora denunciados e os demais delitos que são objeto de outras Ações Penais que tramitam nesta 3ª Vara Federal decorre das disposições do art. 76, I (conexão intersubjetiva) e III do CPP (conexão instrumental ou probatória).

A dinâmica interna da operacionalização da dita organização criminosa é essencial para compreensão das imputações.

Boa parte dos réus também foi denunciada em outros feitos da 'Operação Lama Asfáltica' por crimes praticados por núcleos interseccionados de pessoas nas mesmas (e dilatadas) circunstâncias de tempo e de lugar, pretendendo, ao que consta das denúncias, praticar crimes diversos em conluio.

A vinculação entre os líderes do esquema criminoso, servidores públicos ocupantes de cargos de confiança no âmbito da Administração Pública Estadual (supostamente o caso de J. DA S. L.) e os empresários ou representantes de empresas que se beneficiavam do esquema, ou ainda que atuavam de forma auxiliar na dissimulação e escamoteamento dos recursos espúrios (supostamente a situação de J.

S.) é elemento coesivo essencial na inteligência dos crimes investigados e denunciados. A divisão em múltiplas denúncias das narrativas dos crimes praticados no âmbito do esquema criminoso não reflete uma divisão real de múltiplos (e perfeitamente compartimentados) esquemas criminosos praticados pelas mesmas pessoas, mas serve exclusivamente para propiciar a compreensão específica de cada conduta em um enorme conjunto de crimes cometidos, em tese, sob os auspícios e em benefício direto ou indireto de ANDRÉ PUCCINELLI, JOÃO AMORIM, JOÃO ROBERTO BAIRD, dentre outros.

As condutas investigadas e denunciadas no bojo da Operação lama Asfáltica incluem os crimes dos arts. 89, 90, 95 e 96, inciso V, da Lei n. 8.666/1993, dos arts. 288, 312, 317 e 333 do Código Penal e do art. 2º da Lei n. 12.850/2013, bem como dos arts. 19 e 20 da Lei n. 7.492/1986, dentre outros.

Há, portanto, presença de crimes contra o sistema financeiro nacional, consistentes em fraudes na obtenção de financiamento junto ao BNDES e aplicação dos respectivos recursos em finalidade diversa da prevista em lei ou contrato, que por si próprios já atraem a competência da Justiça Federal - assim como os crimes de lavagem que os tenham por antecedentes (art. 109, IV e VI da CRFB c/c art. 26 da Lei nº 7.492/86). Estes crimes foram, em parte, objeto de denúncia ajuizada nos autos 0008855-92.2017.403.6000 (em anexo).

Também há inequívoca afetação de bens e interesses da União Federal, incluindo fraudes praticadas em obras de implantação e pavimentação de rodovia federal e descumprimento de convênio e ausência de compensação financeira por terreno cedido pela União Federal, para execução de serviços de Urbanização do entorno da Base Aérea de Campo GrandeMS (art. 20, II c/c art. 109, IV da CRFB),

Assim, resta clara a existência de crimes conexos de competência da Justiça Federal e Estadual, que demanda a fixação da competência na forma da Súmula 122 do STJ.

É importante que se ressalte a existência de intersecção subjetiva e fática indissociável com outras ações penais - mencionadas na denúncia sob análise - decorrentes da mesma investigação, ligada à chamada 'Operação Lama Asfáltica'.

Analizadas conjuntamente, as denúncias contém elementos indicativos de um agir criminoso coordenado e estruturado, em múltiplas 'frentes' criminosas, nas quais a suposta participação do recorrente não é dissociável. Os mesmos indivíduos e empresas aparecem irmanados frequentemente, com sólidos elementos indiciários da prática reiterada de crimes competência estadual e federal, conforme a oportunidade. É essencial, para a plena compreensão fática, que sejam os processos julgados pelo mesmo Juízo.

A conexão probatória ou instrumental está prevista no art. 76, inciso III, no

Código de Processo Penal, *in verbis*:

"Art. 76. A competência será determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração." (sem grifos no original.)

Referida conexão ocorre quando a prova ou as circunstâncias elementares de uma infração sejam capazes de influir na prova de outra. O instituto visa a conferir ao Magistrado uma ampla visão da conjuntura fático-probatória, para que seja proferida a correta prestação jurisdicional e **minimizada a possibilidade de ocorrência de decisões conflitantes**, em prejuízo do jurisdicionado e da própria atuação judicial.

No mesmo sentido dispõe o Supremo Tribunal Federal:

"a competência, dentre outras hipóteses, é determinada pela conexão 'quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração' (art. 76, III, do CPP), devendo-se salientar a conveniência quanto à reunião de processos penais conexos, mormente para o fim de se evitar decisões conflitantes" (Inq 4.703 QO-ED, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 12/11/2018, DJe 28/11/2018).

Na hipótese dos autos, verifica-se, dos trechos das informações prestadas pelo Juízo de origem e do acórdão combatido acima negritados e sublinhados, que foi devidamente evidenciada a necessidade de reunião dos processos, nos termos previstos no art. 76, inciso III, do Código de Processo Penal, visto que foram apontados elementos suficientes que demonstram a vinculação fático-probatória dos crimes imputados ao Paciente às infrações que estão sendo investigadas no âmbito da Operação Lama Asfáltica.

Com efeito, as instâncias ordinárias enfatizaram que o Recorrente estaria envolvido no complexo esquema criminoso – implicado em crimes contra a administração pública, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro – que está sendo investigado na mencionada operação policial, pois seria sócio da empresa *D. S. EM S. LTDA*, que firmou

inúmeros contratos administrativos ilegais com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como negócios fraudulentos com J. DA S. L. (antigo servidor público do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e investigado na mesma operação policial).

Conforme bem exposto pelo Tribunal local *"os elementos de prova relativos ao paciente J. e à D. poderão influenciar nas provas de outros crimes em apuração ou que vierem a ser investigados, considerando a existência de organização criminosa, envolvendo corrupção, lavagem de dinheiro e outras empresas que receberam verbas federais"* (ibidem).

Desse modo, não há conclusão diversa: se existe a possibilidade de que, para julgar os feitos, o Juiz necessite analisar os elementos de outros processos, não há como refutar, peremptoriamente, que as provas de um procedimento influenciam as do outro, nos exatos termos do que prevê o inciso III do art. 76 do Código de Processo Penal.

Nessa perspectiva, a competência da Justiça Federal para a reunião dos processo foi devidamente fundamentada, porquanto foi ressaltado, dentre outros, que os indícios coletados nas fases anteriores da investigação *"dão conta de que houve a prática, em tese, dos crimes dos artigos 19 e 20 da Lei 7.492/86. Assim, a teor da Súmula 122 do STJ, resta caracterizada a competência federal por conexão"* (ibidem).

De fato, a alegação defensiva de que os supostos delitos praticados pelo Recorrente seriam de competência da Justiça estadual não impede a união dos processos perante a Justiça Federal, visto que se aplica o entendimento sedimentado na Súmula n.º 122, *in verbis*: *"Compete a justiça federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, 'a', do Código de Processo Penal"*.

Cito o seguinte precedente, *mutatis mutandis*:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSO PENAL. CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL E PECULATO. CONEXÃO PROBATÓRIA. SÚMULA 122/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Conforme preceitua o art. 76, inciso III, do Código de Processo Penal, a competência será determinada pela conexão quando a prova de um crime ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outro delito.

2. Existindo um liame circunstancial entre os fatos

delituosos, visto que os valores supostamente não declarados à Receita Federal foram adquiridos indevidamente pelo réu, em razão de sua condição de deputado estadual, evidencia-se ser bem provável que a prova do crime de peculato seja utilizada para elucidar o crime contra a ordem tributária, sendo de rigor, portanto, a reunião dos processos para processamento perante a Justiça Federal, conforme dispõe a Súmula 122/STJ.

[...]

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Acre, o suscitado." (CC 121.022/AC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 17/10/2012, sem grifos no original.)

Importante registrar que, ao julgar o AgRg no RHC n.º 109.187/SP (DJe 25/10/2019), interposto pelo investigado J. DA S. L. (que está diretamente ligado às infrações imputadas ao ora Paciente, nos termos já expostos acima) na mesma operação policial ("Lama Asfáltica"), a Sexta Turma desta Corte **reconheceu a competência da 3.ª Vara Federal de Campo Grande/MS.**

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso ordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora